



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004466-44.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**
 Embargante: **Edmilson Aparecido Coelho Theodoro**
 Embargado: **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

EDMILSON APARECIDO COELHO THEODORO, assistindo pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, opôs Embargos à Execução contra **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE**, alegando a impenhorabilidade do imóvel de matrícula nº 24920, do Registro de Imóveis de local, sob o argumento de que se trata de bem de família, havendo ainda alienação fiduciária à CEF. Aduz, também, que a natureza jurídica da remuneração dos serviços prestados de água e esgoto tem caráter não tributário e que existe excesso de penhora, pois o imóvel possui valor muito superior ao da dívida, requerendo assim, a desconstituição da constrição.

Com a inicial vieram os documentos fls. 09/43.

Os embargos foram recebidos com efeito suspensivo (fls 60/62).

A Autarquia embargada apresentou impugnação (fls. 70/747), sustentando, em sede preliminar, a intempestividade dos presentes Embargos. No mérito, aduz que o bem é passível de penhora, uma vez que o entendimento jurisprudencial excepciona a possibilidade de penhora, baseada em comportamentos de má-fé, além da lei excepcionar a penhorabilidade no caso de cobranças previstas no IV da Lei 8.009/90. Assim, pugnou pela improcedência dos embargos.

Réplica(fl.81/84).

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR

Julgo os embargos na forma do art. 17, parágrafo único da LEF c/c art. 355, I do NCPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

Inicialmente, verifica-se que a preliminar suscitada pela Autarquia já foi objeto de análise por este Juízo, conforme se observa de fls. 60/62, não comportando revisão da matéria.

Assim, passo à análise do mérito.

Consoante entendimento consolidado do STJ, o serviço em questão é remunerado por meio de tarifa ou preço público, como se pode observar do julgado abaixo:

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ARTIGO 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. CRÉDITO NÃO TRIBUTÁRIO. FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO. TARIFA/PREÇO PÚBLICO. PRAZO PRESCRICIONAL CÓDIGO CIVIL. APLICAÇÃO. 1. A natureza jurídica da remuneração dos serviços de água e esgoto, prestados por concessionária de serviço público, é de tarifa ou preço público, consubstanciando, assim, contraprestação de caráter não-tributário, razão pela qual não se subsume ao regime jurídico tributário estabelecido para as taxas (Precedentes do Supremo Tribunal Federal: RE 447.536 ED, ReL Ministro Carlos Velloso, Segunda Turma, julgado em 28.06.2005, DJ26.08.2005; AI 516402 AgR, ReL Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma, julgado em 30.09.2008, DJe- 222 DIVULG 20.11.2008 PUBLIC 21.11.2008; e RE 544289 AgR, ReL Ministro Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, julgado em 26.05.2009, DJe-113 DIVULG 18.06.2009 PUBLIC 19.06.2009. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça: EREsp 690.609/RS, Rel Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, julgado em 26.03.2008, DJe 07.04.2008; REsp 928.267/RS, ReL Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, julgado em 12.08.2009 i DJe 21.08.2009; e EREsp 1.018.060/RS, ReL Ministro Castro Meira, Primeira/steafa julgado em 09.09.2009, DJe 18.09.2009). 2. A execução fiscal constitui procedimento judicial satisfativo servil à cobrança da Dívida Ativa da Fazenda Pública, na qual se compreendem os créditos de natureza tributária e não tributária (artigos 1º e 2º, da Lei 6.830/80). 3. Os créditos oriundos do inadimplemento de tarifa ou preço público integram a Dívida Ativa não tributária (artigo 39, § 2º, da Lei 4.320/64), não lhes sendo aplicáveis as disposições constantes do Código Tributário Nacional, máxime por força do conceito de tributo previsto no artigo 3º, do CTN". (REsp n. 1.192.022-MG, de relatoria da Ministra Eliana Calmon, 2a Turma, julgado em 15.6.2010).

Assim, a hipótese dos autos trata de obrigação de natureza pessoal, e não *propter rem*, consoante se extrai dos seguintes julgados:

TRIBUTÁRIO EXECUÇÃO FISCAL. TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO Obrigação pessoal Ação ajuizada em face de quem não usufruiu dos serviços Ilegitimidade passiva - Impossibilidade de substituição do polo passivo - Substituição da CDA que ensejaria modificação do lançamento Inteligência do art. 2º, § 8º da LEF e da Súmula 392 do STJ Extinção do feito, nos termos do artigo 267, VI, do CPC Decisão mantida Recurso improvido". (Ap. 0.001.912-71.2007.8.26.0233 rel. Des. Silvana Malandrino Mollo, j. 03.10.2013).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Desta forma, a situação vertente não se enquadra na exceção prevista no art. 3º, IV, da Lei nº 8.009/90.

Art. 3º A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido:

IV - para cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar;

Nesse sentido:

Execução fiscal. Cobrança de tarifa de água e esgoto. Impenhorabilidade do bem de família. Não se aplica ao caso a exceção do art. 3º, IV da Lei 8.009/90, porque não se trata de crédito tributário. Nega-se provimento ao recurso, com a manutenção da sentença reexaminada (APL00178511020118260344SP0017851-10.2011.8.26.0344 - Publicação 02/10/2014 - Relator : Beatriz Braga).

Desta maneira, tendo em vista a caracterização do imóvel penhorado como bem de família, já que a Autarquia não questionou que o autor nele reside, tendo nele sido intimado (fls. 43), forçoso reconhecer a sua impenhorabilidade, ficando prejudicada a análise do excesso de execução, eis que a penhora será levantada.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito e PROCEDENTE o pedido, para o fim de determinar o levantamento da penhora que recai sobre imóvel objeto da matrícula 24920, do Cartório de Registro de Imóveis local, devendo a exequente indicar outros bens passíveis de penhora.

Diante da sucumbência, condeno o embargado a arcar com as despesas de reembolso e honorários advocatícios que fixo, por equidade, em 800,00 (oitocentos reais).

Certifique-se nos autos principais.

P. I.

São Carlos, 19 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**